

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

DEBATE ENTRE MONETARISTAS E ESTRUTURALISTAS SOBRE AS CAUSAS DA INFLAÇÃO BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990¹

Gabriel José Guedes Quirino², Francisca Jaqueline de Souza Viração³

Resumo: A inflação brasileira nas décadas de 1980 e 1990 gerou debates entre monetaristas, que atribuem a inflação à expansão da base monetária, e estruturalistas, que a veem como reflexo de problemas estruturais da economia. Este estudo analisa as causas da inflação, contrastando essas visões e seus impactos nas políticas econômicas. A metodologia incluiu uma revisão da literatura e análise de dados do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), da dívida externa e da crise do petróleo. O PAEG, implementado por Roberto Campos e Otávio Bulhões, buscou estabilizar a inflação através do controle de preços e salários, mas resultou em restrições que prejudicaram o crescimento econômico. A crise do petróleo exacerbou a dependência externa e contribuiu para altos índices inflacionários, evidenciando a relevância das causas estruturais. O debate revela que a inflação brasileira é complexa, exigindo uma abordagem que integre aspectos monetários e estruturais para futuras políticas econômicas.

Palavras-chave: Inflação. Monetaristas. Estruturalistas. Economia Brasileira.

1. Introdução

A inflação brasileira nas décadas de 1980 e 1990 foi um fenômeno econômico complexo que gerou intensos debates entre economistas. Duas correntes principais se destacaram: os monetaristas e os estruturalistas. Os monetaristas argumentam que a inflação é essencialmente um fenômeno monetário, resultado da expansão da base monetária sem a correspondente criação de riqueza. Já os estruturalistas acreditam que a inflação é um reflexo de problemas estruturais na economia de países subdesenvolvidos, como a baixa complexidade produtiva e vulnerabilidade externa. Este trabalho faz uma análise dessas perspectivas, contextualizando-as com os eventos econômicos significativos do período em questão. São analisados eventos econômicos de fora do período 1980-90, mas que tem relação com o cenário posterior, como o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que foi desenvolvido sob influência de ideias monetaristas, além do choque do petróleo e da dívida externa brasileira, apontadas como as principais causas da aceleração inflacionária.

¹ Esta pesquisa é parte do Grupo de Pesquisa em História Econômica e Economia Política Brasileira

² Universidade Regional do Cariri, email: gabriel.guedesq@urca.br

³ Universidade Regional do Cariri, professora orientadora, Historiadora e pós-doutoranda em economia política da PUC-SP, email: jaqueline.souza@urca.br

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

2. Objetivo

O objetivo deste estudo é examinar as principais causas da inflação no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990, contrastando as visões monetaristas e estruturalistas. A análise procura identificar os fatores que contribuíram para o aumento da inflação, e as consequências das políticas econômicas adotadas nesse período. Além disso, pretende-se discutir de que maneira as estratégias de estabilização monetária moldaram a trajetória econômica do Brasil e as implicações para as políticas econômicas posteriores.

3. Metodologia

Foi realizada uma revisão da literatura sobre a inflação brasileira nas décadas de 1980 e 1990, com base na produção de autores das correntes monetaristas e estruturalistas. Foram analisados dados sobre o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), a evolução da dívida externa, a crise do petróleo e os efeitos na balança comercial brasileira. Além disso, foi feito um levantamento das soluções elaboradas para o controle da inflação, de acordo com a abordagem teórica utilizada.

4. Resultados

Plano de Ação Econômica (PAEG) e a Inflação

O PAEG foi uma política econômica implementada em 1964 por Roberto Campos e Otávio Bulhões, Ministro do Planejamento e Ministro da Fazenda, respectivamente, adeptos da visão monetarista. O plano explicava a inflação por um excesso de demanda, e buscou estabilizá-la por meio de uma política monetária restritiva e a busca por um menor déficit público. De 1964 a 1973, houve uma redução gradual da inflação, que era sustentada pela restrição monetária causada pela subindexação dos salários, que eram reajustados por uma taxa de inflação estimada pelo governo, enquanto os demais preços da economia eram reajustados pela taxa de inflação efetiva, calculada pelo Índice Geral de Preços (IGP). Tal medida ficou conhecida como arrocho salarial. Outras medidas elaboradas pelo PAEG foram a reforma do sistema bancário, com a criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, e reformas tributárias, visando aumento de arrecadação, com a criação do PIS, PASEP e FGTS. O FGTS foi uma forma de acabar com a lei da estabilidade no trabalho, que não permitia demissão de funcionários com mais de 10 anos na empresa, ao mesmo tempo em que criou uma poupança forçada para o financiamento da construção civil.

Até 1967, a inflação foi controlada, mesmo que a meta estabelecida pelo plano não tenha sido alcançada (meta: 70% em 1964, 25% em 1965 e 10% em 1966; real: 92%, 34% e 39% nos respectivos anos) e o excesso de restrição impediu o crescimento econômico. A partir de 1968, com o ministro Delfim Netto, a economia brasileira vivenciou uma fase que ficou conhecida como milagre econômico. O termo "milagre" é aplicado pois se refere a um período de

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

crescimento econômico com controle da inflação (via arrocho salarial). Houve aumento da taxa de investimento de 15% do PIB de 1964 para 20% do PIB no período 1968-73, com a retomada da produção de bens de consumo durável, que representam a base da industrialização brasileira do século XX. Foram tomadas medidas de controle inflacionário que não atuavam apenas na restrição da base monetária, mas que evidenciaram os custos em detrimento da demanda, junto com uma retomada do crescimento, já que a primeira fase do PAEG foi marcada pela estagnação. Esse contexto mostra que a interpretação monetarista para a inflação não foi eficaz no seu controle e atrapalhou o crescimento econômico sustentável.

Crise do Petróleo e Dívida Externa

O Brasil estava passando por um processo de industrialização via substituição de importações, corroborado por autores estruturalistas como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e autores da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), como o chileno Raul Prebisch. A substituição de importações foi a solução proposta para enfrentar a deterioração dos termos de troca. Esse conceito quer dizer que as relações comerciais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos são mais benéficas aos países ricos, por conta da diferença de produtividade entre os setores industrial e agrícola. Desse modo, os países emergentes deveriam deixar de participar do mercado internacional apenas como fornecedores de produtos primários e buscar o avanço da industrialização, para combater a vulnerabilidade externa.

Para que o processo de substituição de importações fosse possível aumentou-se a necessidade de importação de bens de capital e petróleo. O Brasil utilizava por volta de 40% de petróleo como fonte energética para os processos de industrialização e tinha dívida externa, o que configura um cenário de dependência externa. De 1973 a 1974, o preço do barril de petróleo foi de US\$ 3,29 para US\$ 11,58, em 1979 foi para US\$ 30,03, chegando ao máximo de R\$ 35,69 em 1980. Essa alta no preço do petróleo elevou os estoques de capital dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que foram aplicados nos mercados financeiros dos países desenvolvidos no primeiro ciclo de alta (1973-74). Dessa forma, os bancos desses países estavam com condições de realizar investimentos mais arriscados, como comprar títulos de dívida pública de países emergentes, que tinham taxa de juros mais elevadas, o que foi benéfico para o Brasil, pois a entrada principalmente de dólares diminuiu o déficit da balança comercial. No entanto, o segundo ciclo de alta (1979-80) fez com que os países desenvolvidos aumentassem suas taxas de juros de títulos da dívida pública para atrair novamente o capital dos países da OPEP para si.

Essa alta de juros comprometeu ainda mais a situação da dívida externa brasileira, pois promoveu evasão de divisas, o que aumentou seu valor absoluto e agravou o déficit na balança comercial. Desse período até 1994, foram registrados os maiores índices de inflação da história brasileira. O fenômeno

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

analisado vai de encontro a análise estruturalista, de que fatores reais da economia são os verdadeiros responsáveis pela inflação, ao invés de fenômenos monetários.

5. Conclusão

O debate entre monetaristas e estruturalistas sobre as causas da inflação brasileira nas décadas de 1980 e 1990 revela a complexidade desse fenômeno. Enquanto os monetaristas focam na expansão da oferta monetária como causa primária, os estruturalistas enfatizam as questões estruturais e concretas para a causa da inflação. A análise do PAEG, da crise do petróleo e das movimentações financeiras que pioraram a situação da dívida externa demonstra que a inflação não pode ser entendida apenas sob uma única perspectiva. A visão monetarista que motivou o arrocho salarial promoveu uma redução gradual da inflação, porém com um custo social elevado que foi a perda do poder de compra do salário real. O Brasil enfrentou uma combinação de fatores que exigiram respostas com múltiplos mecanismos para a estabilização econômica combinada com a manutenção do crescimento econômico e profundas mudanças na estrutura produtiva. Para a formulação de políticas econômicas eficazes e permanentes no futuro, é fundamental considerar tanto as dimensões monetárias quanto as estruturais da economia, para que se faça um plano de ação adequado e não se perca de vista o objetivo do desenvolvimento econômico.

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

6. Referências

BARBOSA, Fernando. **A Inflação Brasileira No Pós-Guerra: Monetarismo versus Estruturalismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983.

CALDERON, Paulo; FONTES, Rosa. Credibilidade E Mercado Secundário Da Dívida Externa Brasileira. **Análise Econômica**. Porto Alegre, v.16, n. 30, p. 69-90, set. 1998.

GIAMBIAGI, Fábio et al. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945 - 2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KERECKI, Márcio; SANTOS, Miguel dos. Programa De Ação Econômica Do Governo (Paeg): Do Milagre Econômico Ao Fim Do Sonho. **Revista Historiador**, v. 2, n. 2, p. 183-188, dez. 2009.

LIMA, Luiz Antônio de Oliveira. Crise do petróleo e evolução recente da economia brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, v. 17, n. 2, p. 29-37, mar. 1977.

PREBISCH, Raul. The economic development of Latin America and its principal problem. **The Economic Bulletin for Latin America**, v. 7, n. 1, p. 38-51, 1950.